

AS UNIDADES HOTELEIRAS DO INTERIOR E O TURISMO SUSTENTÁVEL

Fátima Queirós

Mestranda

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Rute Abreu

Professora Adjunta

Instituto Politécnico da Guarda

Fátima David

Professora Adjunta

Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior

Instituto Politécnico da Guarda

(PEst-OE/EGE/UI4056/2011 – projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT))

Área Temática: L) Sector Turístico.

Palabras clave: Unidades hoteleiras, Turismo sustentável, Regiões do Interior.

AS UNIDADES HOTELEIRAS DO INTERIOR E O TURISMO SUSTENTÁVEL

Resumo

Esta investigação avalia as estratégias, as iniciativas e o potencial de uma unidade hoteleira na Região de Idanha-a-Nova (Portugal), face às variáveis económico-financeiras que contribuem para a sua sustentabilidade. A metodologia subdividiu-se em duas partes. A primeira teórica implicou uma aprofundada revisão da literatura. A segunda empírica suportou-se numa análise exploratória longitudinal dessa unidade hoteleira, avaliando o sucesso e a capacidade de desenvolvimento futuro. Os resultados confirmam a necessidade de integrar a competitividade do turismo na comunidade local, a qual, apesar de fortemente condicionada enquanto destino turístico, beneficia das dinâmicas de proteção e preservação do património cultural e natural aumentando a sua vantagem.

Resumen

Esta investigación evalúa las estrategias, iniciativas y potencial de una unidad hotelera en la Región de Idanha-a-Nova (Portugal), hacia las variables económico-financieras que contribuyen para su sostenibilidad. La metodología se subdivide en dos partes. La primera ha implicado una cimentada revisión de la literatura. La segunda se ha soportado en un análisis exploratorio longitudinal de la unidad hotelera, evaluando el suceso y capacidad de desarrollo futuro. Los resultados confirman la necesidad de integrar la competitividad del turismo en la comunidad local, que, mientras éste fuertemente condicionada como destino turístico, beneficia de las dinámicas de protección y preservación del patrimonio cultural y natural.

1. INTRODUÇÃO

Apesar da visão inicial e simplista do fenómeno turístico, que considerava que o mesmo não causava impactos negativos em termos culturais, sociais ou ambientais, verifica-se que, a partir dos anos setenta, essa percepção se altera devido à pressão criada pelas associações ambientalistas, as quais começaram a denunciar os efeitos negativos da atividade turística sobre os locais mais procurados. Como refere Allen *et al.* (1988: 16):

“muitos governos tentaram otimizar os benefícios económicos do turismo com pouca consideração pelos custos sociais e ambientais associados à sua expansão”.

De facto, muitos países e regiões continuaram a apostar no sector do turismo pela possibilidade de rentabilizar os seus recursos endógenos (Faulkner e Tideswell, 1997). Dessa realidade é exemplo Portugal, que, devido às suas características naturais, tem apostado no setor do turismo, quer através da melhoria da qualidade das infraestruturas e serviços, quer através da diversificação da oferta de produtos turísticos, permitindo uma representatividade expressiva no Produto Interno Bruto (PIB), com a criação de riqueza e emprego.

Nas políticas de desenvolvimento que têm sido elaboradas a pensar na resolução dos problemas da interioridade do País, o turismo tem vindo a ganhar um espaço crescente. Para tal contribuiu a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, o reforço das parcerias estratégicas e a preservação do equilíbrio ambiental, a valorização do património cultural e o desenvolvimento endógeno das regiões. Desta forma, o sucesso da atividade turística encontra-se intrinsecamente ligado às potencialidades dos recursos locais, podendo dizer-se que o turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando produtos turísticos alternativos (Cadima Ribeiro *et al.*, 2006).

Assim, não constituindo objetivo aprofundar as questões do desenvolvimento regional, pretende-se com esta investigação apresentar um caso de estudo que traduza o potencial das unidades hoteleiras situadas nas regiões do interior de Portugal continental, tendo em conta a oferta, procura, concorrência e tendências do mercado, bem como as distintas variáveis económicas e financeiras que contribuem para a sua sustentabilidade (económica, ambiental e social). Para o efeito, o texto encontra-se organizado da seguinte forma: na secção 2, caracterizam-se as regiões do interior, tomando como

referência a região de Idanha-a-Nova; na secção 3, contextualiza-se a temática do desenvolvimento sustentável, em geral, e do turismo sustentável, em particular; na secção 4, efetua-se uma análise exploratória longitudinal, que destaca as estratégias turísticas e as iniciativas da unidade hoteleira em estudo, a fim de avaliar o seu sucesso atual e a sua capacidade de desenvolvimento futuro; e na secção 5, conclui-se a investigação realizada.

2. CARATERIZAÇÃO DAS REGIÕES DO INTERIOR

A caracterização da área geográfica em estudo obriga à contextualização territorialmente do Distrito de Castelo Branco, pertencente à província tradicional da Beira Baixa, já que o concelho de Idanha-a-Nova faz parte integrante do mesmo. Na atual divisão administrativa do país, este distrito encontra-se integrado na Região Centro e dividido em três subregiões: Beira Interior Sul (concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão); Cova da Beira (concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão); e Pinhal Interior Sul (concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei). O Distrito encontra-se totalmente integrado na bacia hidrográfica do rio Tejo, regitando, em termos de orografia, a maior altitude na Serra da Estrela, com a fronteira do distrito a ficar muito próxima da máxima altitude do continente português (1.993 m).

No que respeita ao concelho de Idanha-a-Nova, pois é nele que se situa a unidade hoteleira objeto de estudo, verifica-se que o mesmo possui uma área de 1412,7 Km², sendo o segundo maior concelho do Distrito de Castelo Branco e o quarto mais extenso do País¹ (MIaN, 2005). Este concelho apresenta uma grande riqueza e variedade ambiental e paisagística (em concreto, o Parque do Tejo Internacional e as reservas cinegéticas), arquitectónica e cultural (possui três das dez Aldeias Históricas de Portugal – Idanha-a-Velha, Monsanto e Penha Garcia), que decorre sobretudo da sua grande extensão, da sua posição fronteiriça e de charneira entre o Alentejo e a Beira, bem como de um povoamento muito antigo (MIaN, 2005).

Em termos demográficos (Tabela 1), o concelho de de Idanha-a-Nova evidencia ao longo dos anos uma forte desertificação e envelhecimento, em consequência de um surto

¹ Em primeiro lugar encontra-se Odemira com 1719,7 Km², em segundo lugar Alcácer do Sal com 1455,9 Km², Castelo Branco em terceiro com 1440,1 Km², seguindo-se Idanha-a-Nova com 1412,7 Km², e em quinto e sexto, respectivamente, Mértola e Beja (MIaN, 2005).

migratório bastante significativo que teve especial impacto nas décadas de sessenta e setenta (CLASIN, 2005). Segundo David (1996: 8), foi nos anos 70, com a mudança de regime político nacional, que se assistiu:

“ao declínio da emigração e ao aumento da imigração como resultado do regresso das ex-colónias, por via da mudança dos regimes políticos nesses países, e do retorno dos emigrantes, como resultado das alterações económico-sociais nos países europeus. Todavia, as consequências do fenómeno migratório continuaram-se a sentir, por efeito de arrastamento, nos anos seguintes, embora com menores quebras populacionais. Também como consequência da emigração houve a alteração das características sociais da população”.

Tabela 1: Evolução demográfica do concelho de Idanha-a-Nova

Freguesias	1981	1991	2001	2010	Índice Envelhecimento 2010/1981
Alcafozes	341	308	249	202	40,76%
Aldeia de St ^a Margarida	477	459	365	292	38,78%
Idanha-a-Nova	2.742	2.454	2.518	2352	14,22%
Idanha-a-Velha	121	93	79	63	47,93%
Ladoeiro	1.777	1.618	1.380	1290	27,41%
Medelim	525	458	351	272	48,19%
Monfortinho	885	756	603	536	39,44%
Monsanto	1.951	1.443	1.165	829	57,51%
Oledo	696	575	486	355	48,99%
Penha Garcia	1.314	1.094	924	748	43,07%
Proença-a-Velha	507	344	282	224	55,82%
Rosmaninhal	1.134	974	727	537	52,65%
Salvaterra do Extremo	436	321	203	170	61,01%
S. Miguel D'Àcha	877	858	699	560	36,15%
Segura	417	293	236	176	57,79%
Toulões	549	422	315	237	56,83%
Zebreira	1.352	1.160	1.064	873	35,43%
Concelho Idanha-a-Nova	16.101	13.630	11.646	9.716	39,66%

Fonte: MIaN (2005) e INE (2011).

Assim, nos 30 anos que decorreram entre os Censos de 1981 a 2010 verificou-se um decréscimo populacional no concelho de Idanha-a-Nova de 6.385 indivíduos, representando uma perda de 39,7% da população. Apenas a freguesia de Idanha-a-Nova, sede do concelho, regista um movimento positivo e apenas na década de 1991 para 2001 (+2,7%), tendo todas as restantes freguesias registado tendências negativas.

No que se refere à área da saúde, no passado existiu um hospital em funcionamento na sede de concelho, para atualmente existir apenas um Centro de Saúde, do qual também faz parte o Serviço de Atendimento Permanente (SAP), o qual conta com 16 extensões de saúde localizadas nas restantes freguesias do concelho, pressupondo assistência médica em todas as freguesias (CLASIN, 2005).

Este concelho, outrora considerado o celeiro da Beira Baixa pois possui solos com boa aptidão para as produções agrícola (azeite e cereais), florestal e pecuária (ovinos), é atualmente o mais importante produtor de tabaco do País (Dias, 2007). Assim, o tecido industrial é quase inexistente, dedicando-se a indústria existente à agricultura e pecuária e sua transformação, isto porque, apesar de existirem políticas locais de incentivo à criação de empresas (Incubadora de Empresas, Zona Industrial alargada e a preços muito competitivos), o setor industrial não se encontra desenvolvido.

No que se refere aos equipamentos escolares pelos diferentes níveis de ensino (Tabela 2), constata-se que oito das dezassete freguesias do concelho de Idanha-a-Nova não dispõem de equipamentos escolares no nível de ensino pré-escolar, em resultado do envelhecimento populacional, dado o reduzido número de crianças. Na sua totalidade existem 10 estabelecimentos do ensino pré-escolar, 14 estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico, 1 estabelecimento do 2º e 3º ciclo do ensino básico, 1 estabelecimento de ensino secundário, 1 escola técnico-profissional (Escola Profissional da Raia de Idanha-a-Nova) e 1 escola superior (Escola Superior de Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Castelo Branco), perfazendo um total de 28 equipamentos escolares.

Paralelamente, em relação aos equipamentos e atividades desportivas, importa realçar a existência das termas de Monfortinho e de uma pista de atletismo para todas as modalidades, localizada na freguesia de Monfortinho, a qual tem um especial potencial, dadas as condições que reúne e pela localização de fronteira para, por exemplo, eventos internacionais das várias modalidades de atletismo. Aliada a esta oferta, o Município de Idanha-a-Nova tem trabalhado no sentido de se afirmar na área do desporto aventura na natureza (MIaN, 2005) e organizou eventos como: provas de orientação, raides equestres e percursos pedestres; prova de atletismo da Rampa da Sr.^a da Graça; descidas de canoa no rio Erges; provas da Taça de Portugal; campeonato nacional/meeting internacional de Pentatlo Moderno; e grande prova internacional de triatlo de longas distâncias “Homem de Ferro” (MIaN, 2005).

Tabela 2: Equipamentos escolares no concelho de Idanha-a-Nova

Freguesias	Pré-escolar	Básico (1ºCiclo)	Básico (2º e 3ºC)	Secundário	Técnico profissional	Superior
Alcafozes	0	1	0	0	0	0
Aldeia de Stª Margarida	1	1	0	0	0	0
Idanha-a-Nova	2	1	1	1	1	1
Idanha-a-Velha	0	0	0	0	0	0
Ladoeiro	1	1	0	0	0	0
Medelim	0	1	0	0	0	0
Monfortinho	1	2	0	0	0	0
Monsanto	1	1	0	0	0	0
Oledo	0	1	0	0	0	0
Penha Garcia	1	1	0	0	0	0
Proença-a-Velha	0	0	0	0	0	0
Rosmaninhal	1	1	0	0	0	0
Salvaterra do Extremo	0	1	0	0	0	0
S. Miguel D'Acha	1	1	0	0	0	0
Segura	0	0	0	0	0	0
Toulões	0	0	0	0	0	0
Zebreira	1	1	0	0	0	0
Concelho Idanha-a-Nova	10	14	1	1	1	1

Fonte: MIaN (2005).

Ao nível de alojamento hoteleiro, destaca-se o grupo *Ô Hotels & Resorts* com dois hotéis na freguesia de Monfortinho («Fonte Santa» e «Hotel Astória»), as *Termas* e a empresa *Monfortur*, vocacionada para programas de caça e que possui uma unidade industrial para transformação e comercialização de produtos gourmet originários de peças de caça. Dentro do grupo *Monfortur*, podem encontrar-se o «Hotel Rural Herdade da Poupa» na freguesia do Rosmaninhal.

Ainda em Monfortinho, existe o «Hotel Boavista», «Hotel das Termas», várias pensões e residenciais (a maior parte só aberta na época de termalismo). No Ladoeiro encontra-se o «Hotel Idanha Natura», para, na sede de concelho, se encontrar instalado o «Hotel Estrela da Idanha» e uma «Pousada da Juventude». Adicionalmente, em relação à capacidade de alojamento podem encontrar-se diversas propostas na vertente do Turismo Rural, em concreto: «Casa de Oledo» na freguesia de Oledo; «Casa das Jardas» em Idanha-a-Nova; «Casa dos Tios» no Rosmaninhal; e «Casa de Santa Catarina» em Penha Garcia. Contudo, importa salientar que nas aldeias históricas de Monsanto e de Idanha-a-Velha só é possível pernoitar num alojamento local, sendo que na aldeia de Monsanto só existem 2 quartos.

Face ao exposto, o concelho de Idanha-a-Nova:

“é um concelho pouco povoado cuja boa localização fronteiriça e as características históricas, culturais e paisagísticas, associadas ao facto de ter três aldeias consideradas históricas, tem no turismo uma das maiores potencialidades de desenvolvimento/crescimento” (Dias, 2007: 18).

Para esse desenvolvimento, muito contribuirá a construção do Itinerário Complementar 31 (IC31), que ligará Castelo Branco a Espanha, mas que tem sofrido vários adiamentos por parte dos sucessivos governos. O grupo económico Espírito Santo, que possui interesse em Monfortinho, afirmou que:

“A nossa empresa tem vontade em desenvolver, de uma forma sustentada negócios, no turismo. Sem o IC 31 temos as perspectivas mais fracas mas há uma autoestrada que está a chegar que vem de Espanha, que faz ligação com Madrid e isso é importante. Vamos apostar claramente no mercado espanhol” (Jornal do Fundão, 2010).

Também o Estudo de Impacte Ambiental do IC31 faz referência à importância desta via para o desenvolvimento da região e dá conta de fatores positivos como a dinamização de atividades económicas locais, designadamente no comércio e restauração das povoações mais próximas da obra e que dispõem de oferta comercial e de restauração, designadamente Termas de Monfortinho e Penha Garcia (Oje, 2010).

Por conseguinte, o IC31 contribuirá de forma positiva e significativa para o desenvolvimento das acessibilidades da sub-região da Beira Interior Sul, aumentando a atratividade de toda a sub-região, quer a nível nacional, quer no que respeita às ligações internacionais, nomeadamente com Espanha. Contudo, apesar da falta que faz a IC31, Idanha-a-Nova encontra-se a meio caminho entre Lisboa e Madrid, sendo servida pela A23 e A1 para chegar à capital do País e pela A23, A25 e A1 ou A29 para chegar ao Porto, bem como estradas nacionais que complementam o percurso e que se encontram em muito bom estado de piso e traçado.

3. IMPORTÂNCIA DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Segundo Theobald (2001), o turismo tem vindo a evoluir em termos económicos e sociais, representando um dos principais setores de serviços a nível mundial, constituindo-se através de meios de alojamento e serviços complementares, como a alimentação, transporte e organizações de lazer. Em suma, o setor turístico é eleito por todas as organizações e instalações que se destinam a atender às necessidades específicas e desejos dos turistas (Gunn, 1993; Cooper *et al.*, 2001).

Assim, a «terciarização turística», contrariando os clássicos modelos de crescimento a partir da industrialização, tem-se erguido como uma via sólida de aproveitamento dos recursos próprios de cada País/Região (Ferreira, 2008). Em alguns casos, o turismo é o único elemento de dinamização económica de um local ou região, quer como saída do subdesenvolvimento, quer para se recuperar do fosso gerado por outras actividades anteriormente prósperas (Muñoz, 1996). Tal como referia Balabanian (1999: 255):

“quando não sabemos mais o que fazer por uma região rural frágil, quando o êxodo populacional parece ser inexorável, quando tudo o que podemos imaginar como apoio à agricultura e aos agricultores parece ineficaz, um recurso é aparentemente sempre fácil: o turismo verde, i.e., o turismo integrado nos espaços e sociedades rurais”.

Toda a procura a nível turístico é sempre acompanhada de certos fatores sociais como o aumento de rendimento disponível, das motivações para viajar, do crescimento elevado dos mercados tradicionais, das próprias mudanças demográficas, sociais e tecnológicas e pela diversificação de destinos, associados à crescente liberalização do setor do turismo (OMT, 2001).

Contudo, Oliveira e Manso (2010) consideram que a dualidade dos efeitos do turismo (positivos e negativos) e a sua transversalidade, ao afetar várias indústrias, tem levado a uma maior consciencialização sobre a necessidade de minorar os respectivos efeitos negativos e de maximizar os positivos, de forma a garantir a sua sustentabilidade. Para Burnay (2000: 26), foi nos finais da década de oitenta que:

“o conceito de desenvolvimento sustentável estende-se ao de turismo sustentável e esta actividade passa a ser encarada como um instrumento também de desenvolvimento para as populações locais e para a conservação da natureza”.

Assim, o turismo tem sido considerado como uma estratégia de desenvolvimento económico e social pelos mais variados motivos, tais como o aumento de rendimentos, construção de novas infra-estruturas, formação de recursos humanos, criação de emprego e aumento de produção, entrada de divisas e, em geral, criação de mais riqueza (Simões, 1993; CE, 1998). A própria União Europeia (UE) tem identificado o turismo como um setor elegível no desenvolvimento da política comunitária e aponta-o como uma estratégia a seguir (CE, 1998) para alcançar o:

“desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, (...) um crescimento sustentável e não inflacionista, (...) um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente (...)” (UE, 2006: 44).

O setor do turismo em Portugal tem representado cerca de 11% do Produto Interno Bruto (PIB) anual e empregue cerca de 10% de população, sendo de grande importância para a economia do País; já em 2015 o Turismo terá um peso no PIB superior a 15% e no emprego o seu peso será também de cerca de 15% (TP, 2007). De facto, como setor dinâmico, de grande concorrência internacional, o mesmo tem obrigado o lado da oferta a tomar medidas estratégicas de diversificação do seu produto, para manter e aumentar os operadores. O desenvolvimento do turismo rural é disso um bom exemplo, ao contribuir para uma mudança social e económica dos espaços rurais, de tal forma que à volta dele se tem gerado alguma dinâmica de desenvolvimento e transformação económica e social (Gannon, 1994).

Nesta linha, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003, de 1 de Agosto (PCM, 2003: 4541), procurou:

“promover uma utilização racional, cuidada e sustentável dos recursos naturais, das áreas, do património histórico e arquitectónico e das infra-estruturas e equipamentos disponíveis para fins turísticos”.

Para o efeito, o poder político dinamiza:

“o desenvolvimento de novas áreas de aptidão e vocação turística nas diversas regiões que pela sua especificidade, riqueza natural e cultural e diferenciação possam responder às exigências de novos segmentos de mercado” (CTP, 2005: 36).

Neste contexto, segundo o Plano Estratégico Nacional de Turismo, o desenvolvimento do Turismo em Portugal entre 2010 e 2015 deve assentar em 11 linhas de desenvolvimento estratégico (TP, 2007), em concerto:

- Mercados emissores - assumir mercado espanhol como principal no crescimento externo, e ao mesmo tempo, defenderem a posição do Reino Unido, Alemanha e França;
- Estratégica de produtos - desenvolver e estruturar a oferta de várias opções de turismo, como o sol/praias, bem-estar e saúde, turismo rural e turismo de negócios;
- Linhas orientadoras para as regiões e para os pólos - assumir as entidades regionais de turismo local como fundamentais no enriquecimento da oferta local;
- Acessibilidades aéreas - manter as ligações aéreas que foram alcançadas nos últimos anos, com a abertura de novas rotas e aumento de frequências que têm origem em rotas de interesse turístico;
- Eventos - dinamização do calendário anual de atividades que reforcem a característica de Portugal, na sua história, cultura, costumes e povo;
- Experiências e conteúdos - inovar conteúdos tradicionais portugueses que contextualizem fatores de diferenciação e que façam parte de experiências verdadeiras e características do país;
- Qualidade urbana, paisagística e ambiental - assumir a qualidade urbana, ambiental e paisagista como elemento fundamental de valorização e qualificação do destino de Portugal;
- Qualidade de serviços e recursos humanos - reforçar a qualidade do turismo português, através da interação com os turistas e da operacionalização de um sistema de qualidade turística;
- Promoção e distribuição - reforçar a capacidade de venda do setor, estimular a promoção e distribuição online, alinhar os investimentos de promoção por mercados; e
- Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - permitir a interação entre as empresas públicas e privadas, através da difusão de conhecimentos, na promoção e modernização do setor.

Contudo, para que o produto turístico assuma um nível de qualidade e sustentabilidade aceitável, será necessária a integração e qualificação das diferentes componentes da oferta turística, bem como os interesses diferenciados de turistas e operadores (David *et al.*, 2010). Para tal, importa ter presente o contraste existente entre turismo sustentável e turismo não sustentável, que Swarbrooke (1999) sintetizou no conteúdo da Tabela 3.

Tabela 3: Turismo Sustentável versus Turismo não Sustentável

Turismo Sustentável	Turismo não Sustentável
Conceitos Gerais	
Desenvolvimento lento e controlado	Desenvolvimento rápido e descontrolado
De longo prazo	De curto prazo
Qualitativo	Quantitativo
De controlo local	De controlo remoto
Estratégias de Desenvolvimento	
Planear antes de desenvolver	Desenvolver sem planear
Orientação com base em conceitos	Orientação com base em projectos
Preocupação com a integração na paisagem	Concentração em pontos-chave
Agentes de desenvolvimento locais	Agentes de desenvolvimento externos
Emprego de residentes locais	Importação de mão-de-obra
Comportamento dos Turistas	
Cuidadoso, silencioso e sensível	Intensivo, barulhento e insensível
Com preparação psicológica	Sem preparação psicológica
Aprende a língua local	Não aprende a língua local
Repete a visita	Não repete a visita

Fonte: Adaptado de Swarbrooke (1999) *in* Moniz (2006: 30).

Assim, o desenvolvimento do turismo sustentável tem implicações económicas, sociais e ambientais (Curtin e Busby, 1999), pelo que, segundo Moniz (2006), deve assentar na defesa de três pilares básicos:

- Eficácia económica - implica que o turismo deve ser uma actividade geradora de rendimento económico para a sociedade e criadora de emprego;
- Equidade social - implica que o turismo deve gerar uma distribuição imparcial e justa de custos e benefícios, de forma a não provocar o aumento das assimetrias sociais e económicas;
- Sustentabilidade ambiental - implica a conservação e o respeito pelos recursos e valores naturais, que são a base do turismo e cuja existência futura deve ser garantida, para a própria sustentabilidade da actividade e para assegurar o desfrute do ambiente por parte das gerações futuras.

Na sua concretização está subjacente a existência de regulamentação legal da atividade turística. Por um lado, o Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de março (MEI, 2008a), alterado pelo Decreto-Lei nº 228/2009, de 14 de setembro (MEI, 2009), aprovou o regime jurídico que rege a instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Por outro lado, o Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de abril (MEI, 2008b) procedeu à

reorganização das áreas regionais de turismo de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento turístico, delimitação e características, bem como à criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo.

Anteriormente, a Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2006, de 21 de abril (PCM, 2006), no âmbito da aprovação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), aprovou a criação de um organismo central do turismo único, responsável pela prossecução da política de turismo nacional – o Instituto de Turismo de Portugal, I.P. - e a descentralização das 19 regiões de turismo. A este propósito, o Decreto-Lei nº 141/2007, de 27 de abril (MEI, 2007) definiu a missão e atribuições do Instituto de Turismo de Portugal, autoridade turística nacional, concretizando-se assim o objetivo de criar uma única estrutura pública que tem por missão promover a valorização e a sustentabilidade da atividade turística em Portugal.

Assim, para o Instituto de Turismo de Portugal, o turismo sustentável é aquele que garante:

- Rentabilidade e distribuição de riqueza, permitindo a participação e sustentabilidade económica e financeira dos diferentes atores;
- Valorização da herança cultural, das paisagens e da biodiversidade, assegurando a sua manutenção para as comunidades e clientes, atuais e futuros;
- Ecoeficiência dos produtos turísticos permitindo a redução do consumo de recursos e de emissões;
- Atratividade laboral, investindo no capital humano, oferecendo oportunidades de emprego desafiantes para as gerações atuais e futuras;
- Diversidade cultural, pondo em evidência as especificidades locais, criando experiências de valor para os clientes e as comunidades; e
- Acessibilidade a todos, independentemente das condições físicas ou económicas (MEID, 2010).

Em suma, como refere Silva (2000: 54):

“o desenvolvimento racional e equilibrado do turismo é fundamental para o nosso País, já que, tratando-se de um sector gerador de infra-estruturas, de equipamentos, de actividades e emprego, pode proporcionar uma verdadeira cadeia de riqueza com repercussões directas nas economias regionais e na economia nacional”.

4. ESTUDO DE CASO: UNIDADE HOTELEIRA E O TURISMO SUSTENTÁVEL

Após a caracterização socioeconómica da região de Idanha-a-Nova (Portugal), na qual se encontra sediada a unidade hoteleira em estudo, bem como da contextualização do desenvolvimento sustentável, em geral, e do turismo sustentável, em particular, pretende-se neste ponto avaliar as iniciativas e o potencial dessa mesma unidade hoteleira, face às variáveis económico-financeiras que contribuem para a sua sustentabilidade. Este caso de estudo suportou-se numa análise exploratória longitudinal dessa unidade hoteleira, avaliando o sucesso e a capacidade de desenvolvimento futuro.

Importa detalhar que as análises exploratórias longitudinais envolvem o período de 2004-2010. Assim, pese embora se encontrar em vigor o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) à data de realização desta investigação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (MFAP, 2009), entende-se ser necessário explicar que o período de 2004-2009 foi desenvolvido no quadro normativo contabilístico do Plano Oficial de Contabilidade, e por isso foi objeto de correção para permitir a comparabilidade de todos os dados desta investigação.

Contudo, porque a questão a investigar se centra no quadro da avaliação face às variáveis económico-financeiras que contribuem para a sustentabilidade de uma unidade hoteleira, não será objecto de referência o próprio Sistema de Normalização Contabilística, na medida em que o mesmo já se encontra em vigor e com elevado nível de estudo e por isso não levantar dúvidas a sua aplicação neste setor.

A unidade hoteleira oferece 34 quartos duplos (ao possuírem 2 camas individuais, há a possibilidade de, juntando as camas e trocando o tamanho dos lençóis, imediatamente se transformarem as mesmas em camas duplas de 220x200m) e uma suite. Ainda é possível transformar 4 quartos com portas comunicantes, no caso de famílias com filhos pequenos e 2 quartos estão preparados para clientes com necessidades especiais (deficientes motores).

Paralelamente existe: uma sala para eventos com capacidade para 150 pessoas; piscina exterior e interior – uso livre para os hóspedes mas é obrigatório o pagamento de uma taxa para outros clientes; campo de ténis com piso rápido de uso livre para hóspedes e

de uma taxa para outros clientes; espaços ajardinados, com bancos para maior desfrute da natureza; sala de leitura e jogos de mesa; mini-golf; health club; e ginásio.

Na recepção da unidade hoteleira existe uma pequena loja para venda de produtos da região e jornais diários, bem como programas de animação e de visitas mediante solicitação dos hóspedes.

Esta unidade hoteleira surgiu de uma oportunidade de empreendedorismo, bem como da força de vontade de um casal oriundo de Idanha-a-Nova que depois de uma vida de trabalho feita fora do País decidiu investir na terra que os viu nascer. Após uma primeira fase em que a unidade só tinha 13 quartos e dado terem compreendido que seria difícil com esse número darem resposta à procura existente por ocasião do fim-de-semana e épocas festivas, optaram por um novo investimento ampliando a unidade hoteleira e assim aumentarem a sua oferta. Este novo investimento quase triplicou a capacidade de alojamento, além de melhorar a oferta de outras valências da unidade.

A Direcção Geral do Turismo autorizou o seu funcionamento através da concessão de alvará e licença de utilização, o qual é fundamental para que a unidade pudesse laborar. Neste caso, o alvará e respectiva licença turística é fundamentada num Hotel de 2 estrelas que pode funcionar 365 dias por ano. Este período está dividido em duas épocas de utilização, sendo elas: a época baixa que decorre nos meses de Inverno; e a época alta nos meses de Verão. A requalificação hoteleira é revista quadrienalmernte. Contudo, a mesma pode ocorrer a qualquer momento e sempre que se alterarem os pressupostos que estão na sua base, sendo obrigatória a pedido do interessado, ou seja, pela unidade hoteleira, com a antecedência de seis meses relativamente ao fim do prazo.

Ao nível de padrões de qualidade, a unidade hoteleira encontra-se em processo de certificação de qualidade através da Norma ISO NP 9001: 2008 no âmbito de serviços e de meio ambiente. Esta certificação será emitida pelo Instituto Português da Qualidade. Entretanto, a unidade já foi distinguida pelo Instituto de Turismo de Portugal com um certificado de qualidade pelos serviços prestados e, em 2007 e 2008, foi considerada como cliente do ano na vertente económica pela instituição financeira *Millenium BCP*.

Ao nível de recursos humanos, a unidade hoteleira conta com 7 colaboradores, todos residentes em Idanha-a-Nova e que estão distribuídos pelas secções de recepção e alojamento. O facto de não existir serviço de restaurante nesta unidade implica que os

colaboradores tenham maior polivalência, bem como a gestão direta realizada pelos proprietários em cada uma das secções da unidade hoteleira se desenvolva num ambiente de proximidade e equipa entre todos.

Ao nível de recursos informáticos, a unidade hoteleira suporta-se num sistema que desmaterializou todo o seu funcionamento, o que permite à unidade aumentar a qualidade, rapidez, eficiência e eficácia do serviço prestado, assim como a gestão da própria unidade hoteleira. Atualmente, o sistema informático é designado por *ESCRIPÓVOA* no que se refere à área central da Gestão Hoteleira e este sistema controla todas as reservas dos clientes, entradas e saídas de mercadorias, assim como os fornecedores e permite ainda obter estatísticas relacionadas com as taxas de ocupação. Paralelamente, os módulos de Contabilidade, Gestão de Pessoal e Gestão de Imobilizado permitem a gestão administrativa e financeira da Unidade Hoteleira, mas devido à sua reduzida dimensão encontram-se centralizados numa empresa externa à unidade.

Em termos de atividade, a Tabela 4 evidencia a unidade hoteleira em função do seu volume de vendas (VV), valor acrescentado bruto (VAB) e valor acrescentado líquido (VAL).

Tabela 4: Evolução de Variáveis Economicas da Unidade Hoteleira, 2004-2010

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
VV	107.142,30	89.140,00	165.829,30	192.784,80	198.854,48	191.386,23	174.432,86
VAB	79.033,54	61.751,22	106.127,42	137.217,32	134.760,79	129.771,81	115.002,05
VAL	39.789,08	26.279,86	85.222,62	75.795,02	73.660,42	67.919,84	53.145,91

Da análise do quadro anterior é possível concluir que, face ao mercado coberto pela unidade hoteleira, a empresa apresenta o maior valor de vendas em 2008 com €198.854,48 e o menor valor em 2005 com €89.140,00. Estas oscilações evidenciam não só que a quota de mercado é reduzida, mas fundamentalmente muito instável, o que torna este tipo de variável económica muito permeável a adversidade e por isso pouco sustentável. Além disso, o desenvolvimento do turismo e das viagens para esta unidade hoteleira poderia implicar a gestão de planos de divulgação e promoção mais focados na época baixa e por isso com maior potencial empresarial.

Após o cruzamento da informação relativa ao número de trabalhadores, ao total do Balanço e ao total das vendas e outros rendimentos, pode concluir-se que esta unidade

hoteleira se pode considerar uma Pequena Empresa. De facto, o artigo 262.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais (OTOC, 2012) considera uma Pequena Empresa aquela em que se verifique pelo menos dois dos três critérios seguintes: número de trabalhadores inferior a 50; total do Balanço inferior a €1.500.000,00; e total das vendas líquidas e outros rendimentos inferior a €3.000.000,00.

Estes limites vêm de encontro à definição europeia, proposta pela Recomendação da Comissão (2003/361/CE), de 6 de Maio (CE, 2003), especificamente: uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros. Enquanto, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

A Tabela 5 apresenta a evolução de indicadores económicos da unidade hoteleira, nomeadamente a Rendibilidade Operacional das Vendas, Rendibilidade Líquida das Vendas, Rendibilidade Económica do Ativo, Rendibilidade Líquida do Ativo e, por último, Rendibilidade Financeira.

Tabela 5: Evolução de Indicadores Economicos da Unidade Hoteleira

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rendibilidade Operacional das Vendas	0,42%	-7,98%	20,71%	15,16%	11,91%	12,18%	4,90%
Rendibilidade Líquida das Vendas	14,12%	13,89%	16,00%	6,31%	0,60%	1,84%	0,54%
Rendibilidade Económica do Ativo	0,09%	-0,39%	1,70%	1,59%	1,33%	1,35%	0,51%
Rendibilidade Líquida do Ativo	2,95%	0,68%	1,31%	0,66%	0,07%	0,20%	0,06%
Rendibilidade Financeira	5,38%	2,38%	4,22%	1,98%	0,20%	0,61%	0,16%

No contexto macroeconómico, esta unidade hoteleira pertence ao setor do alojamento, o qual sempre se revelou um setor de extrema importância para a economia nacional, não só em termos de contribuição económica, mas também pelo elevado número de actividades que dependem diretamente e indiretamente do mesmo, especialmente em regiões do interior de Portugal.

No contexto microeconómico, constata-se que em relação à Rendibilidade Operacional das Vendas se observa um aumento contínuo ao longo dos anos. Este aumento é justificado pela tendência crescente dos resultados operacionais e pelo incremento do

volume de vendas. Ao analisar a Rendibilidade Líquida das Vendas verifica-se que, de 2005 para 2006, houve um acréscimo muito significativo, o que revela um aumento do resultado líquido do exercício mais que proporcional em relação ao volume de vendas. A partir do ano de 2007, deveria existir uma tendência de reforço do compromisso com os objetivos económicos, sociais e ambientais mais vastos, em nome da sustentabilidade da unidade, em virtude de ser necessário o aumento do resultado líquido face ao aumento da estrutura de custos da unidade. Em relação à Rendibilidade Líquida do Activo, a mesma apresenta uma forte instabilidade ao longo dos anos em análise, facto originado pelo mau desempenho e, por outro lado, pelos níveis de investimento realizados na unidade hoteleira, independentemente da sua origem. A Rendibilidade do Capital Próprio diminui sucessivamente e tem como base o resultado líquido, traduzindo-se numa menor capacidade de remunerar os capitais investidos e conseqüentemente integrar as preocupações de sustentabilidade nas suas práticas de gestão.

Os indicadores financeiros da unidade hoteleira, nomeadamente a Autofinanciamento, o Endividamento, a Autonomia Financeira e a Solvabilidade podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6: Evolução de Indicadores Financeiros da Unidade Hoteleira

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Auto financiamento	54.374	47.856	47.437	73.585	62.288	65.374	62.797
Endividamento	45,16%	71,59%	68,87%	66,62%	67,23%	66,48%	65,52%
Autonomia financeira	54,84%	28,41%	31,13%	33,38%	32,77%	33,52%	34,48%
Solvabilidade	121,45%	39,69%	45,20%	50,10%	48,75%	50,43%	52,62%

Segundo o Banco de Portugal (2010), o grau de autonomia financeira do setor Alojamento, Restauração e Similares situou-se entre 29,2% em 2006 e 28,1% em 2009. Porém, este indicador no subsector (CAE 55) Alojamento aumentou substancialmente para um máximo de 24,5% em 2006 e mínimo de 33,1% em 2009. Em relação à unidade hoteleira observa-se que apresenta uma tendência crescente ao longo dos anos analisados e se aproxima do valor nacional.

A taxa de Endividamento tem uma tendência oscilante, mas a partir do ano de 2005 até 2007 chega mesmo a diminuir, devido ao investimento efetuado, o que significa que a unidade aumentou a sua solidez financeira e tem capacidade para satisfazer os seus compromissos financeiros. Contudo, os Capitais Próprios da unidade hoteleira cobrem, no primeiro ano, 54% do Ativo Total sofrendo um incremento ao longo dos anos que

implicou em 2010, aproximadamente, 62%. Assim, do ponto de vista financeiro, os credores da empresa entendem ser indício de solidez financeira.

Em jeito de conclusão pode afirmar-se que a avaliação à posteriori que se pretende desenvolver posteriormente para a unidade hoteleira se justifica no indicador do risco global que a mesma apresenta. Contudo, é importante confirmar que os resultados da unidade hoteleira não atingem o nível adequado para o cumprimento dos seus principais objetivos. Assim, combinando o risco económico e o risco financeiro, observa-se que o risco global no período objeto de análise é tanto maior quanto, por um lado, mais elevado é o Ponto Crítico o que exige promoção e aumento do volume de vendas; e, por outro lado, mais elevados são os níveis de Custos Fixos e de Custos Financeiros.

Neste último aspeto, o promotor tem-se preocupado em acompanhar todas as inovações tecnológicas tanto para o sistema de gestão como para a área operacional propriamente dita com vista a redução de custos fixos. Para isso, a unidade instalou uma central foto voltaica de forma a reduzir os consumos de eletricidade de rede pública e poder aproveitar a energia solar não só como forma de poupança mas também com uma visão ecológica e de sustentabilidade. Desta forma, o aquecimento de águas é todo feito através desta central. Todavia, as evoluções tecnológicas por si só não garantem a sustentabilidade da unidade hoteleira, a qual deve depender em indicadores económico-financeiros robustos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da investigação confirmam a necessidade de integrar a competitividade do turismo na comunidade local, a qual, apesar de fortemente condicionada enquanto destino turístico, por ser uma região do interior, beneficia das dinâmicas de proteção e preservação do património cultural e natural, aliadas com a sustentabilidade económica e financeira. Contudo, o património cultural e natural da região, apesar de divulgado pelas entidades competentes, carece ainda de uma maior promoção quer a nível nacional quer internacional.

Apesar de existir oferta de alojamento na região de Idanha-a-Nova (Portugal), esta oferta é ainda escassa e por vezes com falta de qualidade, pelo que deveria existir maior apoio institucional aos promotores de estruturas de oferta turísticas, de forma a potenciar as condições de alojamento, restauração e animação para que os turistas se possam sentir

acompanhados e possam usufruir da estada junto dos pontos de interesse que pretendem conhecer.

Como desenvolvimentos futuros importa destacar que a alteração das regras contabilísticas poderá influenciar a comparabilidade das demonstrações financeiras, principalmente em exercícios consecutivos e por isso pretende-se avaliar de modo diferenciado os dois períodos de tempo (2004-2009) e (2004-2010), com análise dos respetivos efeitos. Além disso, a falta de uniformidade contabilística a nível nacional inviabiliza a comparação entre empresas do mesmo setor o que poderia constituir uma vantagem para percepcionar a implementação de determinadas políticas de sustentabilidade. Por último, a existência de divergências conceptuais entre a perspetiva contabilística e respectiva conversão na perspetiva financeira provoca a necessidade de se efetuar correções às demonstrações financeiras apoiadas em informações extra-contabilísticas que podem condicionar esta análise.

REFERÊNCIAS

Allen, L.; Long, R.; Perdue, R.R. e Kieselbach, S. (1988). The impact of tourism development on residents' perceptions of community life. *Journal of Travel Research*, 27: 16-21.

Balabanian, O. (1999). Le tourisme vert: défi ou utopie? In: Cavaco, C. (Coord.). *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*. CEG: Lisboa: 255-262.

Banco de Portugal (2011). *Análise Sectorial do Alojamento, Restauração e Similares*. Lisboa: Central de Balanços do Banco de Portugal.

Burnay, M.J. (2000). *Turismo de natureza. Ciclo de debates 2000*. Lisboa: Livro de Actas do Seminário Turismo e Natureza – Perspectivas de Intervenção, IFT: 25-34.

Cadima Ribeiro, J.; Vareiro, L.C.; Fabeiro, C.P. e Blas, X.P. (2006). Importância da celebração de eventos culturais para o turismo do Minho-Lima: um estudo de caso. *Estudos regionais: revista portuguesa de estudos regionais*, 11: 61-76.

Comissão Europeia (CE, 1998). *Conclusões e Recomendações do Grupo de Alto Nível (G.A.N.) sobre Turismo e Emprego*. Bruxelas: DGXXVIII.

Comissão Europeia (CE, 2003). 2003/361/CE: Recomendação da Comissão, de 6 de maio de 2003, sobre a definição de microempresas, pequenas e médias empresas. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 124, 20/05/2003, 36-41.

Confederação do Turismo Português (CTP, 2005). *Reinventando o Turismo em Portugal*. Lisboa: CTP.

Conselho Local de Acção Social de Idanha-a-Nova (CLASIN, 2005). *Plano de Desenvolvimento Social 2005-2008*. Idanha-a-Nova: CLASIN.

Cooper, C.; Fletcher, J.; Fyall, A.; Gilbert, D. e Wanhill, S. (2001). *Turismo, Princípios e Práticas*. São Paulo: Bookman.

Curtin, S. e Busby, G. (1999). Sustainable Destination Development: The Tour Operator Perspective. *International Journal of Tourism Research*, 1: 135-147.

David, M.F. (1996). *Contributos para uma Estratégia de Desenvolvimento dos Recursos Humanos visando a Inovação e a Qualidade no Distrito da Guarda - O Instituto Politécnico da Guarda (Tese de Mestrado)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

David, F.; Abreu, R. e Pinheiro, O. (2010). Importância das Associações de Desenvolvimento Local na Economia do Turismo. *In: Jiménez, M.S. e Martí, T.T. (ed). Anales de Economía Aplicada 2010*. Madrid: ASEPELT/Delta Publicaciones Universitarias, 24: 494-495

Dias, A.C.S. (2007). *Dinâmicas de Castelo Branco: Uma caracterização sócio-económica do distrito e das suas ONG's*. Fundão: Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal.

Faulkner, B. e Tideswell, C. (1997). A Framework for Monitoring Community Impacts of Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5 (1): 3-28.

Ferreira, L. (2008). *Planeamento em Turismo e Sustentabilidade Local: Proposta de Metodologia de Diagnóstico Estratégico*. Tomar: 14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional: 1848-1878.

Gannon, A. (1994). Rural Tourism as a Factor in Rural Community Economic Development for Economies in Transition. *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1/2): 51-61.

Gunn, C.A. (1993). *Tourism planning: basics, concepts, cases*. 3rd edition. Washington: Taylor & Francis.

Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011). *Resultados preliminares dos censos 2010*. Lisboa: INE.

Jornal do Fundão (2010). *Adiamento do IC 31 “tem um impacto (negativo) muito grande para nós”*. Disponível em: <http://www.jornaldofundao.pt/index.asp?idEdicao=105&id=6195&idSeccao=998&Action=noticia> [Acedido em: 15/10/2011]

Ministério da Economia e da Inovação (MEI, 2007). Decreto-Lei n.º 141/2007, aprova a orgânica do Turismo de Portugal, I. P.. *Diário da República*, 82, Série I, 27 de abril: 2693-2698.

Ministério da Economia e da Inovação (MEI, 2008a). Decreto-Lei n.º 39/2008, aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. *Diário da República*, 48, Série I, 7 de março: 1440-1456.

Ministério da Economia e da Inovação (MEI, 2008b). Decreto-Lei n.º 39/2008, aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento turístico, a delimitação e características, bem como o regime jurídico da

criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo. *Diário da República*, 71, Série I, 10 de abril: 2170-2177.

Ministério da Economia e da Inovação (MEI, 2009). Decreto-Lei n.º 228/2009, Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. *Diário da República*, 178, Série I, 14 de setembro: 6287-6306.

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID, 2010). *Relatório de Sustentabilidade 2009: Liderar o Debate da Sustentabilidade no Setor*. Lisboa: TP/MEID.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009). Decreto-Lei n.º 158/2009, aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei 47/77, de 7 de Fevereiro. *Diário da República*, 133, Série I, 13 de julho: 4375-4384.

Moniz, A.I.D.S.A. (2006). *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: O Caso dos Açores*. Ponta Delgada: Tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais na Especialidade de Desenvolvimento Económico e Social e Economia Pública.

Município de Idanha-a-Nova (MlaN, 2005). *Diagnóstico Social do Município de Idanha-a-Nova: Diagnóstico Social*. Idanha-a-Nova: MlaN.

Muñoz, A. (1996). El Turismo como Factor de Desarrollo. In: Muñoz, A. e Mir, V. (Eds). *Introducción a la Economía del Turismo en España*. Madrid: Editorial Civitas: 19-43.

Oje (2010). *IC31 com estudo de impacto ambiental em consulta pública*. Disponível em: <http://www.oje.pt/noticias/nacional/ic31-com-estudo-de-impacto-ambiental-em-consulta-publica> [Acedido em: 15/10/2010].

Oliveira, E. e Manso, J.R.P. (2010). Turismo sustentável: utopia ou realidade? *Revista de Estudos Politécnicos / Polytechnical Studies Review*, 8 (14): 235-253.

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC, 2012). *Sistema de Informação de Técnico Oficial de contas, Código das Sociedades Comerciais*, Março. Lisboa: OTOC.

Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2003). Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2003, define as orientações da política do turismo. *Diário da República*, 176, Série I-B, 1 de Agosto: 4540-4550.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2006). Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, aprova o Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado. *Diário da República*, 79, Série I-B, 21 de abril: 2834-2866.

Simões, J.M. (1993). Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional. In: Associação Portuguesa de Geógrafos (ed.). *Inforgo, Geografia do Turismo*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos.

Silva, J.A. (2000). *Turismo e Natureza*. Lisboa: Ciclo de Debates do Instituto de Turismo de Portugal, 53-62.

Theobald, W.F. (2001). *Turismo Global*. São Paulo: Editora SENAC.

Turismo de Portugal, I.P. (TP, 2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.

União Europeia (UE, 2006). Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado que Institui a Comunidade Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*, C 321, 29 de Dezembro: 1- 331.